



PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO  
GEORGHIO ALESSANDRO TOMELIN  
RICHARD PAE KIM

*Coordenadores*

## DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À SAÚDE

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO  
MINISTRO ENRIQUE RICARDO  
LEWANDOWSKI

Cuida-se de coletânea reunindo artigos e depoimentos de profissionais destacados no país: juristas, professores, advogados, magistrados, membros do Ministério Público, procuradores e autoridades na área do direito à saúde sobre a temática, diante das contribuições de sua Excelência, Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, para a evolução do direito humano e constitucional à saúde dos cidadãos brasileiros. O trabalho coletivo tem como objetivo reunir importantes pensamentos, relatos, reflexões, propostas e comentários sobre a evolução deste direito individual e transindividual, e homenagear este jurista e magistrado extraordinário que tem garantido a vida, com qualidade, dos cidadãos de nosso país, e contribuído para a evolução da vida dos direitos no Brasil, em especial, pela sua atuação na Suprema Corte desde 16 de março de 2006, tendo presidido o Supremo Tribunal Federal entre 2014 e 2016.

### Área específica

DIREITOS HUMANOS

### Áreas afins

BIOGRAFIA, DIREITO À SAÚDE,  
DIREITO ADMINISTRATIVO,  
DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO PRIVADO, DIREITO PÚBLICO,

### Palavras-chave

Direitos humanos, direito à saúde, constitucional,  
homenagem, Ricardo Lewandowski

FORMATO: 17 x 24 cm  
CÓDIGO SANKHYA: 3145

D598      Direito humano e fundamental à saúde: estudos em homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski / Paulo Dias de Moura Ribeiro, Georghio Alessandro Tomelin, Richard Pae Kim. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

810p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-65-5518-606-2

1. Direitos humanos. 2. Direito à saúde. 3. Enrique Ricardo Lewandowski - homenagem. 4. Ricardo Lewandowski. I. Ribeiro, Paulo Dias de Moura. II. Tomelin, Georghio Alessandro. III. Kim, Richard Pae. IV. Título.

CDD: 341

CDU: 342.7

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIBEIRO, Paulo Dias de Moura; TOMELIN, Georghio Alessandro; KIM, Richard Pae (Coord.). *Direito humano e fundamental à saúde: estudos em homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 810 p. ISBN 978-65-5518-606-2.

#### **PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade de Lisboa. Coordenador científico do curso de Direito da Unisa. Professor de Pós-Graduação na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

#### **GEORGHIO ALESSANDRO TOMELIN**

Doutor em Direito do Estado pela USP. Professor do curso de Mestrado em Direito Médico da Unisa. Professor do curso de Mestrado em Direito da ITE-Bauru. Consultor e parecerista em direito público. Advogado.

#### **RICHARD PAE KIM**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutor em Políticas Públicas pela Unicamp/SP. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2021-2023). Conselheiro supervisor do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus – CNJ). Conselheiro do CNDH (2022-2023). Professor do curso de Mestrado em Direito Médico da Unisa. Juiz de Direito do TJSP.

## SUMÁRIO

### UM JUIZ GARANTISTA

<b>Paulo Dias de Moura Ribeiro</b> .....	15
I Apresentação .....	15
II Casos emblemáticos.....	16
III Última palavra.....	24

### PARTE I

#### O STF E A EVOLUÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE

##### LEGITIMIDADE DA VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA: POR QUE OS PAIS NÃO PODEM SE RECUSAR A VACINAR OS FILHOS

Luís Roberto Barroso, Juliana Florentino de Moura .....	29
I Introdução.....	29
II Breve histórico das epidemias e o papel decisivo das vacinas na sua erradicação .....	29
III Os interesses em jogo: liberdade de crença e de consciência <i>versus</i> direitos à vida e à saúde e melhor interesse da criança .....	34
IV Legitimidade da vacinação obrigatória .....	35
IV.1 O Estado pode, em situações excepcionais, proteger as pessoas mesmo contra a sua vontade.....	37
IV.2 A vacinação é importante para a proteção de toda a sociedade, não sendo legítimas escolhas individuais que afetem gravemente direitos de terceiros .....	38
IV.3 O poder familiar não autoriza que os pais, invocando convicção filosófica, coloquem em risco a saúde dos filhos .....	45
V Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	48
VI Conclusão .....	48
Referências .....	49

##### REGULAÇÃO SETORIAL E SUPERAÇÃO LEGISLATIVA EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO À SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE O JULGAMENTO DA ADI Nº 5.779/DF

Gilmar Ferreira Mendes, Victor Oliveira Fernandes .....	53
Introdução.....	53
1 Nem reserva de administração, nem primazia do legislador.....	55
2 A dimensão jurídico-objetiva do direito à saúde como norma de competência negativa: consequências para o exercício da liberdade de conformação do legislador.....	58
3 A submissão do Congresso Nacional ao ônus do regulador em sede de leis-medida .....	61
Conclusão .....	65
Referências .....	67

##### JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: CONTRIBUIÇÕES DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

José Antonio Dias Toffoli, Camila Plentz Konrath .....	69
1 Introdução.....	69
2 As três fases da evolução jurisprudencial do STF .....	70
3 Principal marco jurisprudencial da Suprema Corte: STA nº 175/CE.....	73
4 A atuação do CNJ na questão da judicialização da saúde .....	75
5 Diálogos interinstitucionais e o Tema nº 793 .....	78
6 Vacinação e a pandemia da Covid-19 (ADI nº 6.586 e ADI nº 6.587) .....	80
7 Conclusão.....	89

##### O DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE E À LIVRE INICIATIVA: UMA ANÁLISE DO RE Nº 666.094/DF

Luiz Fux.....	91
Prólogo .....	91
Introdução.....	92
1 Estatuto constitucional da saúde .....	94

1.1	Disciplina jurídica do Sistema Único de Saúde .....	95
2	O Recurso Extraordinário nº 666.094/DF .....	97
2.1	Ponderação entre livre iniciativa e prestação de serviços essenciais.....	98
	Conclusão .....	101
	Referências .....	102

#### IDENTIDADE DE GÊNERO AUTOPERCEBIDA: NOTAS E REFLEXÕES SOBRE O ADOECIMENTO MENTAL DAS PESSOAS LGBT+ A PARTIR DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CORTE INTERAMERICANA E NO STF

	Luiz Edson Fachin, Pedro Ferreira .....	105
	Introdução.....	105
1	A repercussão de determinantes sociais no adoecimento da mente e a necessidade da concretização do direito à saúde mental .....	106
2	A formalização da união estável entre pessoas do mesmo gênero e a sua repercussão na saúde mental da população LGBT+ .....	111
3	Os efeitos da possibilidade de retificar o registro civil na saúde mental de pessoas transgêneros.....	118
	Considerações finais .....	123
	Referências .....	124

#### O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES DA FEDERAÇÃO NA PROTEÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

	André Luiz de Almeida Mendonça.....	127
1	Introdução.....	127
2	O direito fundamental à saúde e a competência comum dos entes da Federação.....	128
3	A responsabilidade solidária reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema nº 793 da Repercussão Geral.....	130
4	O julgamento do Tema nº 1.234 da repercussão geral e a oportunidade de novos avanços da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na proteção do direito fundamental à saúde .....	135
5	Conclusão .....	138
	Referências .....	139

### PARTE II

#### DIREITO À SAÚDE INDIVIDUAL E TRANSINDIVIDUAL

##### O DIREITO FUNDAMENTAL E COLETIVO À SAÚDE

	João Otávio de Noronha, Patricia Netto Leão.....	143
1	Introdução.....	143
2	Sobre o direito à saúde.....	144
2.1	Breve histórico sobre os direitos fundamentais.....	145
2.2	Direitos sociais como fundamentais.....	146
3	A intervenção do Poder Judiciário na efetividade do direito à saúde .....	149
4	Sobre os direitos individuais e coletivos e sua tutela .....	150
5	Sobre a posição jurisprudencial do direito à saúde .....	153
6	Conclusão .....	156
	Referências .....	157

##### REFLEXÕES SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E SUA FRUIÇÃO PELOS TITULARES INDIVIDUAIS E TRANSINDIVIDUAIS

	Humberto Martins .....	159
1	Introdução.....	159
2	Consolidação do direito fundamental à saúde.....	159
3	Dos titulares e da fruição do direito fundamental à saúde.....	162
3.1	Prestação de serviços relativos à saúde e fornecimento de medicamentos.....	164
4	Conclusão .....	168
	Referências .....	169

## A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR SOB O PRISMA DA PROTEÇÃO AO DIREITO SOCIAL E FUNDAMENTAL À SAÚDE

Luis Felipe Salomão, Leonardo Morais da Rocha .....	171
1 Introdução .....	171
2 Aspectos essenciais do direito à saúde no âmbito da saúde suplementar .....	173
3 <i>Leading case</i> do Supremo Tribunal Federal e projeção do precedente para a solução de conflitos a versar sobre saúde suplementar .....	176
4 Questões sensíveis no atual cenário do fenômeno da judicialização no âmbito da saúde suplementar .....	179
5 Avanços no tratamento da judicialização da saúde .....	185
6 A necessária incorporação dos valores constitucionais às regras da relação contratual ...	187
7 Solução equânime estabelecida pelo STJ para <i>hard cases</i> e situações dramáticas a envolver a amplitude de cobertura definida pelo rol da ANS .....	189
8 Considerações finais .....	191
Referências .....	193

## O PODER JUDICIÁRIO COMO PROTAGONISTA NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE EM SUA DIMENSÃO INDIVIDUAL E COLETIVA

Mauro Luiz Campbell Marques .....	197
1 Introdução .....	197
2 Direito à saúde no Brasil – Direito de todos e dever do Estado .....	198
2.1 Desafios à eficácia das políticas públicas na área da saúde .....	199
3 A judicialização da saúde como política pública .....	201
3.1 Judicialização excessiva e seus impactos .....	203
4 A relevante atuação do STF em demandas assistenciais na área da saúde .....	206
5 Conclusão .....	210
Referências .....	210

## O DIREITO À SAÚDE INDIVIDUAL E TRANSINDIVIDUAL – LIÇÕES EXTRAÍDAS DA ATUAÇÃO DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6.362 DO DISTRITO FEDERAL

Benedito Gonçalves, Camile Sabino .....	213
1 Uma justa homenagem ao notável ministro .....	213
2 Da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 6.362-DF .....	215
3 Das manifestações da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República .....	217
4 Do voto proferido pelo Relator Ministro Ricardo Lewandowski .....	219
5 Breve histórico do federalismo brasileiro .....	220
6 A quem compete a defesa da saúde no Brasil? .....	222
7 Da competência dos entes federados no combate à pandemia .....	224
8 Desafios para os sistemas de saúde e de justiça perante a pandemia .....	226
9 Das considerações dos ministros do STF sobre o voto do Ministro Ricardo Lewandowski .....	227
10 Conclusão .....	229
Referências .....	231

## A RELEVÂNCIA DO PODER REGULATÓRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) NOS LITÍGIOS ENTRE OPERADORAS E BENEFICIÁRIOS DE PLANOS DE SAÚDE, ESPECIALMENTE NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ

Ricardo Villas Bôas Cueva .....	233
I Introdução .....	233
II Cobertura nos planos de saúde .....	235
III Manutenção de aposentado e demitido sem justa causa em plano coletivo (arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998) .....	241
IV Migração de plano de saúde e portabilidade de carência .....	243
V Mensalidades e custeio dos planos de saúde .....	245
VI Outros temas .....	247
VII Considerações finais .....	251

A MEDIAÇÃO COMO SOLUÇÃO À EXCESSIVA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	
Marco Aurélio Gastaldi Buzzi .....	253
1 Introdução .....	253
2 A política nacional do tratamento mais adequado de conflitos.....	254
3 Mediação e conciliação no sistema de saúde suplementar .....	256
4 Considerações finais .....	262
Referências .....	263

#### EM DEFESA DA JUDICIALIZAÇÃO: DOENÇAS RARAS E O EQUILÍBRIO DAS DIMENSÕES PÚBLICA E PRIVADA NA COMPLEXIDADE SOCIAL

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Ramiro Freitas de Alencar Barroso .....	265
1 Judicialização da saúde: um legado inevitável da modernidade .....	265
1.1 A “microjustiça” em ação: distorções e respostas institucionais .....	268
2 O problema das doenças raras.....	273
3 Em defesa da judicialização (rara).....	279
Referências .....	282

### PARTE III

#### DIREITO MÉDICO E DIREITO À SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA

##### MECANISMOS DE JURIDICÇÃO E VERIDICÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

Georghio Alessandro Tomelin .....	289
1 Introdução.....	289
2 Das pesquisas efetivas até uma prática eficaz .....	290
3 Os impactos da medicina sobre quando se vai morrer .....	291
4 O exercício da autoridade na medicina e no direito .....	292
5 Como legitimar as práticas médicas ante os usuários? .....	294
6 Os tratamentos médicos são prisão ou libertação? .....	295
7 Governar a saúde coletiva é uma arte estocástica .....	296
8 Paradoxos e contrariedades deste modelo .....	297
9 Conclusões e novos pontos de partida .....	298
Referências .....	299

##### FUNDAMENTOS DO DIREITO DA SAÚDE

Alysson Leandro Mascaro .....	301
1 Saúde, política e direito.....	301
2 A constituição do direito da saúde.....	303
3 Identidade e sistemática do direito da saúde .....	308
Referências .....	311

##### A UTILIZAÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Anna Catharina Machado Normanton.....	313
Introdução.....	313
1 Breves considerações acerca da teoria geral dos direitos fundamentais .....	314
1.1 Conceito e dupla dimensão dos direitos fundamentais.....	314
1.2 Núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	315
2 Direito fundamental social à saúde e controle judicial de políticas públicas .....	318
3 Processo estrutural.....	321
4 Processo estrutural como forma adequada de concretização do direito coletivo à saúde .....	324
Considerações finais .....	325
Referências .....	326

##### PUBLICIDADE NA ÁREA MÉDICA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Antonio Carlos Morato .....	329
Introdução.....	329
I A proteção ao consumidor como direito fundamental e o tema da publicidade nas relações de consumo.....	330

II	A publicidade na área médica e danos decorrentes da incorreção da mensagem	
	publicitária .....	335
	Conclusão .....	339
	Referências .....	340

## O LETRAMENTO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA ESSENCIAL PARA UMA BOA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE OBTENÇÃO DO CONSENTIMENTO INFORMADO

Ronaldo Piber, Clóvis Francisco Constantino.....	343
Introdução.....	343
Letramento em saúde (LS).....	344
Uma visão global e brasileira do CI .....	346
Utilizando as técnicas do LS no CI.....	349
Considerações finais .....	352
Referências .....	352

## POLÍTICAS DE DESENCARCERAMENTO COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Leandro Sarcedo.....	359
Introdução.....	359
Ministro Ricardo Lewandowski e a jurisprudência insurgente.....	360
O estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro .....	362
A tradução das Regras de Bangkok para a língua portuguesa .....	365
O julgamento do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo nº 143.641.....	367
Conclusão.....	371
Referências .....	372

## SAÚDE PÚBLICA, CONTRATOS PRIVADOS E ONEROSIDADE EXCESSIVA: ANÁLISE DA PERDA DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO CONTRATANTE E SUA RELEVÂNCIA NAS AÇÕES DE REVISÃO E RESOLUÇÃO CONTRATUAL

Paulo Magalhães Nasser .....	373	
1	Introdução.....	373
2	A onerosidade excessiva e o Supremo Tribunal Federal durante a pandemia de Covid-19 .....	374
3	A onerosidade excessiva e os requisitos autorizadores da revisão e da resolução dos contratos no Código Civil.....	376
3.1	A disciplina do art. 478 do Código Civil .....	376
3.2	Existência de contrato de execução continuada ou diferida – Primeiro requisito para intervenção judicial.....	378
3.3	O evento imprevisível e extraordinário que afeta o equilíbrio contratual – Segundo requisito para intervenção judicial .....	379
3.4	A onerosidade excessiva – Terceiro requisito para intervenção judicial .....	380
3.5	A extrema vantagem - Quarto requisito para intervenção judicial .....	380
3.6	Ausência de mora – Quinto requisito para intervenção judicial.....	381
4	Os impactos à capacidade econômico-financeira da parte e a onerosidade excessiva – Reflexões sobre sua relevância na formação da causa de pedir nas ações de revisão e resolução do contrato por desequilíbrio superveniente.....	381
5	Conclusões .....	383
	Referências .....	384

## DIREITO HUMANO À SAÚDE: A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E A INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS COMO CONDIÇÃO DE EFETIVIDADE

Reynaldo Mapelli Júnior .....	387	
1	Introdução.....	387
2	Concepção ampla do direito à saúde e sistemas de saúde .....	388
3	Modelos de atenção: níveis de complexidade e qualificação da doença .....	390
4	Organizando transversalmente: a intersectorialidade nas políticas sanitárias.....	394
5	Aspecto organizacional na judicialização .....	398
6	Conclusão.....	401
	Referências .....	401

FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA E O PERIGO DO RETROCESSO SOCIAL:  
OS ALERTAS DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

Richard Pae Kim.....	405
Introdução.....	405
1    Orçamento da Seguridade Social no sistema de saúde brasileiro .....	407
2    Financiamento da saúde e as emendas constitucionais nºs 29 e 86.....	410
3    O perigo do retrocesso e o voto do Ministro Ricardo Lewandowski no julgamento da ADI nº 5.595.....	411
4    As perdas no financiamento de saúde com a aprovação da EC nº 95/2016.....	415
Considerações finais .....	418
Referências .....	419

O DIREITO À SAÚDE NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL E O SISTEMA ÚNICO  
DE SAÚDE (SUS)

Silvio Gabriel Serrano Nunes, João Antonio da Silva Filho.....	421
Introdução.....	421
1    A Constituição Política do Império do Brasil de 1824 .....	422
2    A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 .....	422
3    A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.....	423
4    A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.....	425
5    A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	426
6    A Constituição (da República Federativa) do Brasil de 1967/1969 .....	427
7    A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 .....	428
8    O Sistema Único de Saúde (SUS).....	430
Considerações finais .....	431
Referências .....	433

PARTE IV

VOTOS HISTÓRICOS DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.969 DISTRITO FEDERAL.....	439
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.230 DISTRITO FEDERAL .....	449
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.362 DISTRITO FEDERAL .....	475
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.586 DISTRITO FEDERAL .....	493
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.587 DISTRITO FEDERAL.....	519
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 186 DISTRITO FEDERAL .....	545
REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 738 DISTRITO FEDERAL .....	593
REFERENDO DÉCIMA SEXTA EM TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 754 DISTRITO FEDERAL .....	601
REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 770 DISTRITO FEDERAL .....	629
HABEAS CORPUS 135.564 RIO GRANDE DO SUL.....	641



HABEAS CORPUS 143.641 SÃO PAULO .....	647
PETIÇÃO 7.265 – DISTRITO FEDERAL .....	677
RECLAMAÇÃO 32.035 – PARANÁ.....	693
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 579.951 – RIO GRANDE DO NORTE.....	699
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 592.581 – RIO GRANDE DO SUL.....	711

PARTE V

ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI,  
UMA VIDA DEDICADA AOS DIREITOS HUMANOS E AO PAÍS

A FLEXIBILIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Marco Aurélio Mello.....	743
--------------------------	-----

A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM CONTEXTOS DE  
EMERGÊNCIA: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

Antonio Augusto Brandão de Aras .....	745
1 Introdução.....	745
2 A realização dos direitos fundamentais e as exigências plurais da vida social .....	747
3 Instituições, direitos fundamentais e emergência.....	747
4 Conclusão: o Supremo Tribunal Federal e a emergência sanitária .....	749

ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI, UMA VIDA DEDICADA AOS DIREITOS  
HUMANOS E AO PAÍS – DIREITOS HUMANOS E DIREITO À SAÚDE NA  
PANDEMIA DA COVID-19

José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral.....	751
1 Introdução.....	751
2 Atuação interinstitucional em defesa da democracia e da saúde – STF e OAB .....	752
3 Pandemia e direitos humanos: a relatoria da ADPF nº 770 proposta pela OAB .....	753
4 Considerações finais .....	755
Referências .....	756

ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI, UMA VIDA DEDICADA AOS DIREITOS  
HUMANOS E AO PAÍS

Ricardo Mair Anafe.....	757
-------------------------	-----

A PRESIDÊNCIA DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* POR MAGISTRADO

Luiz Fernando Bandeira de Mello.....	761
1 Uma homenagem a Enrique Ricardo Lewandowski.....	761
2 A Presidência do Senado como órgão judiciário confiada a magistrado: origens históricas .....	762
3 Um precedente à mão: o episódio do <i>impeachment</i> de 1992.....	763
4 A condução do <i>impeachment</i> em 2016.....	764
5 Conclusões .....	767
Referências .....	768

DESARMAMENTO, DIREITOS DO HOMEM, VIOLÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA  
– REFLEXÕES ACERCA DO ACÓRDÃO DE RELATORIA DO MIN. RICARDO  
LEWANDOWSKI

Cristiane Brito Chaves Frota.....	769
Introdução .....	769
O Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826/2003 .....	769
O Supremo Tribunal Federal e as ações diretas de inconstitucionalidade da Lei nº 10.826/2003 – Acórdão de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski.....	770

A polêmica do desarmamento no Brasil na última década e seu impacto na saúde pública .....	772
Os direitos do homem e o combate à violência como pauta internacional .....	774
Conclusão .....	775
Referências .....	776

#### NOTAS SOBRE A IGUALDADE COMO PRINCÍPIO E DIREITO FUNDAMENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Ingo Wolfgang Sarlet, Gabrielle Bezerra Sales Sarlet .....	777
1 Considerações introdutórias .....	777
2 A trajetória da igualdade formal à assim chamada igualdade material.....	781
3 Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988 .....	782
3.1 Generalidades.....	782
3.2 Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade...	783
3.3 Metodica de aplicação do princípio (e direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo.....	787
3.4 A controvérsia em torno das assim chamadas “ações afirmativas” .....	790
4 Considerações finais .....	795

#### LEWANDOWSKI: UM JURISTA ESTOICO NA VISÃO DE UM ECONOMISTA

Victor Veronezi .....	797
-----------------------	-----

#### MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI, UM HUMANISTA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA E DA JUDICATURA

Arnaldo Hossepian Jr. ....	801
Referências .....	803

SOBRE AUTORES.....	805
--------------------	-----

## SOBRE AUTORES

### **Alysson Leandro Mascaro**

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco). Professor do Mestrado em Direito Médico da Universidade de Santo Amaro. Doutor e Livre-Docente em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela USP.

### **André Luiz de Almeida Mendonça**

Ministro do Supremo Tribunal Federal.

### **Anna Catharina Machado Normanton**

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Mestra em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da USP. Mestra em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da PUC-SP. Doutoranda em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da USP. Professora universitária.

### **Antonio Augusto Brandão de Aras**

Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Procurador-Geral da República.

### **Antonio Carlos Morato**

Advogado. Professor do Mestrado em Direito Médico da Universidade Santo Amaro (Unisa). Professor do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

### **Arnaldo Hossepian Jr.**

Procurador de Justiça aposentado do Ministério Público de São Paulo. Ex-Conselheiro do CNJ (2015/2019). Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina da USP. Membro do Fonajus – CNJ.

### **Benedito Gonçalves**

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Direito Processual Civil. Mestre em Direito. Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral (CGE).

### **Camila Plentz Konrath**

Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Juíza instrutora no Supremo Tribunal Federal.

### **Camile Sabino**

Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Unieuro. Pós-Graduada em Contratos e Responsabilidade Civil pelo Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. Especialista em Governo e Direito na Universidad Autonoma de Madrid. Especialista em Sharing the experience of the European Union and its Member States: Leadership, Management, Transparency and Corruption Control na École Nationale D'administration – L'ÉNA, em Paris e Strasbourg. Especialista em Combate à Corrupção na École Nationale D'administration – L'ÉNA, em Paris. Ex-Subconsultora jurídica da Consultoria Jurídica do Distrito Federal. Assessora do Gabinete do Ministro Benedito Gonçalves.

### **Clóvis Francisco Constantino**

Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Professor de Ética Médica e Bioética – Medicina – Unisa. Professor de Ética Médica e Bioética da Pós-Graduação do Mestrado em Direito Médico do Curso de Direito da Universidade Santo Amaro – Unisa. Gerente/Assessor Técnico/Ética Médica-Bioética-Pediatria – OSS/SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Microrregião RASTS-VMVG. Membro do Centro Pluridisciplinar de Bioética da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. PhD in Bioethics Division da International Chair in Bioethics. Membro da International Forum of Teachers – IFT – I C Bioethics. Coordenador (*Head*) da Unidade de São Paulo da International Chair in Bioethics (World Medical Association Cooperation Center) do Departamento dos Países de Língua Portuguesa (Portuguese Language Countries Division Chair in Bioethics) – sendo hospedeira (*host*) a Universidade Santo Amaro – Unisa.

### **Cristiane Brito Chaves Frota**

Advogada. Doutora em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica da Argentina. Diretora do Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos Avançados – Ipeja.

### **Gabrielle Bezerra Sales Sarlet**

Doutora em Direito pela Universidade de Augsburg, Alemanha. Pós-Doutora pelas universidades de Hamburgo, Alemanha, e PUCRS. Especialista em Neurociências pela PUCRS. Professora dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da Escola de Direito da PUCRS. Advogada e consultora.

### **Georghio Alessandro Tomelin**

Doutor em Direito do Estado pela USP. Doutor em Filosofia pela PUC-SP. Professor do Mestrado em Direito Médico da Unisa e do Doutorado em Sistema de Garantias da ITE – Bauru. Membro da CNECO da OAB Nacional. Consultor e parecerista em direito público.

### **Gilmar Ferreira Mendes**

Doutor em Direito pela Universidade de Münster, Alemanha. Professor de Direito Constitucional nos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

### **Humberto Martins**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

### **Ingo Wolfgang Sarlet**

Doutor e Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Munique, Alemanha. Coordenador e professor titular da Escola de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da PUCRS. Advogado e parecerista.

### **João Antonio da Silva Filho**

Doutorando em Direito pela Universidade Nove de Julho de São Paulo. Mestre em Filosofia do Direito pela PUC-SP. Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Autor dos livros *A democracia e a democracia em Norberto Bobbio*, *A era do direito positivo*, *O sujeito oculto do crime – Reflexões sobre a teoria do domínio do fato*, *Os tribunais de contas no Estado democrático de direito e os desafios do controle externo*.

### **João Otávio de Noronha**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (Pouso Alegre). Especialista em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito do Sul de Minas. Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Membro da Corte Especial. Membro da Segunda Sessão e da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça. Membro do Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça. Professor de Direito Processual Civil do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). Professor da Escola Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Professor de Pós-Graduação do Uniceub. Professor titular de Direito Processual Civil e Direito Comercial – Faculdade de Direito de Varginha (MG). Professor de Direito Bancário na Escola Superior de Advocacia da OAB/MG. Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade de Itaúna (MG 1992/1993).

### **José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral**

Advogado e Presidente Nacional do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Atuou como Secretário-Geral do CFOAB e Presidente da Coordenação Nacional do Exame de Ordem Unificado (2019- 2022). Foi Diretor-Geral da Escola Nacional de Advocacia (2016-2019), e Diretor-Geral da Sede da OAB/AM. Como Conselheiro Federal pela OAB/AM, atuou em diversas comissões temáticas, sendo Vice-Presidente da Comissão Nacional de Acesso à Justiça (2010-2013). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4526-104X>.

### **José Antonio Dias Toffoli**

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (2018-2020). Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (2014-2016).

### **Juliana Florentino de Moura**

Doutoranda e mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Ex-Assessora e chefe de gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal. Procuradora do Estado do Rio de Janeiro.

### **Leandro Sarcedo**

Doutor e mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo, pela qual é graduado. Professor do curso de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado em Direito Médico na Unisa. Sócio da Massud, Sarcedo e Andrade Sociedade de Advogados.

### **Leonardo Morais da Rocha**

Assessor de Ministro no Superior Tribunal de Justiça.

### **Luis Felipe Salomão**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Corregedor Nacional de Justiça. Foi Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral. Foi Promotor de Justiça – SP, Juiz de Direito e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Professor emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e da Escola Paulista da Magistratura. Doutor *honoris causa* em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Candido Mendes. Professor *honoris causa* da Escola Superior da Advocacia – RJ. Presidente do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falência (FONAREF) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Integrante da comissão de juristas instituída pela Câmara

dos Deputados para elaborar anteprojeto de legislação que sistematiza as normas de processo constitucional brasileiro. Presidiu a comissão de juristas instituída pelo Senado Federal para elaboração do anteprojeto de lei que ampliou a arbitragem e criou a mediação no Brasil. Coordenador do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Diretor do Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros (CPJ/AMB). Presidente do Conselho Editorial da *Revista Justiça & Cidadania*. Foi integrante de inúmeras bancas de concursos públicos. Participou de inúmeros cursos, no Brasil e no exterior, como palestrante, expositor e conferencista. É professor universitário, autor de diversos livros e artigos jurídicos. Currículo resumido: [http://www.stj.jus.br/web/verCurrículoMinistro?parametro=1&cod\\_matriculamin=0001194](http://www.stj.jus.br/web/verCurrículoMinistro?parametro=1&cod_matriculamin=0001194).

#### **Luís Roberto Barroso**

Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre pela Yale Law School. Doutor e Livre-Docente pela UERJ. Ministro do Supremo Tribunal Federal.

#### **Luiz Edson Fachin**

Ministro do Supremo Tribunal Federal. *Alma mater* Universidade Federal do Paraná. Professor do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário de Brasília.

#### **Luiz Fernando Bandeira de Mello**

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, onde exerce a função de Ouvidor Nacional de Justiça. Conselheiro Nacional do Ministério Público (2017-2021). Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal (2014-2021), ocasião em que atuou como escrivão do processo de *impeachment* presidencial de 2016. Servidor do Senado Federal da carreira de consultor legislativo. Lecionou em várias universidades do Brasil em cursos de graduação e pós-graduação, entre elas a UnB, a UFPE e o Instituto Legislativo Brasileiro. Anteriormente exerceu os cargos de advogado-geral do Senado, diretor-geral do Senado, chefe de gabinete da Presidência do Senado e do Ministro da Previdência Social. Foi também consultor jurídico do Ministério da Previdência Social. Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Direito pela Universidad de Salamanca, na Espanha.

#### **Luiz Fux**

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Professor Livre-Docente em Processo Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia.

#### **Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

#### **Marco Aurélio Gastaldi Buzzi**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali/SC (Brasil). Mestrando em Sistemas Alternativos de Resolução de Conflitos pela Universidade Nacional de Lomas de Zamora – UNLZ (Buenos Aires, Argentina). Especialista (Pós-Graduação) em Direito do Consumo pela Universidade de Coimbra (Portugal).

#### **Marco Aurélio Mello**

Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal.

#### **Mauro Luiz Campbell Marques**

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Metodista Bennett – UniBennett. Foi Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas e Secretário de Segurança Pública do mesmo ente federativo. Corregedor-Geral da Justiça Federal entre 2016-2017. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral entre 2020-2022. Atualmente é Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

#### **Patricia Netto Leão**

Assessora Jurídica. Advogada. Mestre em Ciência Jurídica Forense pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto (Portugal) (set./2022). MBA em Direito Econômico e das Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (Brasília) (set./2001). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (abr./1994).

#### **Paulo Magalhães Nasser**

Advogado. Sócio-Fundador de M Nasser Advocacia Estratégica. Bacharel, Mestre em Direito Civil e Doutor em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Mestre (LL.M.) em Direito Comercial, com ênfase em Arbitragem Internacional pela London School of Economics (LSE). Professor do programa de Mestrado em Direito Médico da Unisa. Professor da Pós-Graduação em Direito Processual Civil da PUC-Rio, PUC-Campinas e UFMT. Autor dos livros *Onerosidade excessiva no contrato civil* e *Vinculações arbitrais*.

**Paulo Sávio Nogueira Peixoto Maia**

Doutorando em Direito Administrativo na Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, atualmente cedido ao Supremo Tribunal Federal, onde ocupa a função de Chefe de Gabinete de Ministro.

**Pedro Ferreira**

Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília.

**Ramiro Freitas de Alencar Barroso**

Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília. Advogado de Caputo, Bastos e Serra – Advogados.

**Reynaldo Mapelli Júnior**

Doutor pela Faculdade de Medicina da USP. Professor do Mestrado Acadêmico em Direito Médico da Unisa. Vice-Presidente do Idisa. Promotor de Justiça do MPSP. *E-mail*: reynaldomj@uol.com.br.

**Ricardo Mair Anafe**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**Ricardo Villas Bôas Cueva**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Mestre e Doutor em Direito.

**Richard Pae Kim**

Doutor e Mestre em Direito pela USP. Pós-Doutor em Políticas Públicas pela UNICAMP. Conselheiro e Supervisor do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde do Conselho Nacional de Justiça – Fonajus (CNJ). Professor do Curso de Mestrado em Direito Médico da Unisa.

**Ronaldo Piber**

Advogado. Licenciado em Ciências Biológicas. Mestre em Direito Médico pela Universidade Santo Amaro – Unisa. Especialista em Bioética pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP. Membro da Rede Brasileira de Letramento em Saúde – REBRALS. Idealizador da Com.Sentimento – Letramento em Saúde.

**Silvio Gabriel Serrano Nunes**

Doutor, mestre, licenciado e bacharel em Filosofia pela USP. Estágio de Doutorado na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Advogado. Bacharel em Direito pela PUC-SP. Especialista em Direito Administrativo pela FADISP. Professor da Escola Superior do TCM-SP. Pesquisador do IBContas. Professor convidado do Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional do Cogeae/PUC-SP. Professor do Programa de Mestrado Acadêmico em Direito Médico e do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Unisa. Vice-Presidente de eventos científicos da Comissão Especial de Direito Constitucional da OAB-SP. Membro fundador do Idasan – Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro.

**Victor Oliveira Fernandes**

Doutor em Direito Comercial pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Direito Econômico nos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

**Victor Veronezi**

Economista. Grão-Chanceler da Unisa.